



SOCIEDADE PORTUGUESA DA CONTRACEÇÃO



**APF** ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

**Dia mundial da contraceção, 26 de setembro, 2016**

## **O acesso à saúde sexual e reprodutiva é um direito fundamental do indivíduo**

### **“A APF e a SPDC alertam para as necessidades em contraceção”**

A contraceção é essencial para promover a saúde sexual e reprodutiva, o desenvolvimento social e uma garantia para a autonomia dos cidadãos.

Em Portugal, a acessibilidade ao Planeamento Familiar, aos contraceptivos, à contraceção de emergência e à interrupção voluntária de gravidez, por opção da mulher, estão devidamente fundamentados na legislação, e no quadro normativo que rege o Serviço Nacional de Saúde.

#### **O que nos tranquiliza:**

- 94% das mulheres portuguesas com vida sexual ativa usam contraceção<sup>1</sup>;
- A maioria das utilizadoras de contraceção optou por um método moderno. Sem o mais utilizado a pilula<sup>1</sup>;
- 80% das utilizadoras de preservativo utiliza este método como contraceptivo e preventivo das doenças sexualmente transmissíveis<sup>1</sup>;
- O número de interrupções de gravidez por opção da mulher tem diminuído progressivamente. No último ano 1,9% e entre 2008 e 2015, 10%<sup>2</sup>;
- O número de interrupções de gravidez por opção da mulher realizadas em Portugal é inferior à média Europeia<sup>2</sup>
- 96% das mulheres que realizaram uma interrupção de gravidez optaram um método de contraceção, 38% das quais um método de longa duração<sup>2</sup>.
- Não existiu mortalidade materna relacionada com o aborto<sup>3</sup>

<sup>1</sup> *Estudo das Práticas contraceptivas, 2015*. Sociedade Portuguesa da Contraceção, Sociedade Portuguesa de Ginecologia

<sup>2</sup> *Relatório dos registos das interrupções da gravidez dados de 2015*, Direção de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde

<sup>3</sup> *Relatório de análise das complicações relacionadas com a interrupção da gravidez 2013 - 2014*  
Direção de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde

- Apesar da crise económica que o país atravessa não se verificaram modificações na legislação e regulamentações relacionadas com o acesso aos cuidados reprodutivos.

### O que nos preocupa:

- O uso de contraceção nos extremos da vida reprodutiva é menor: não usam contraceção 6% das adolescentes e 8% das mulheres com mais de 40 anos<sup>1</sup>;
- O número de mulheres que usa a pilula de forma irregular (mais de um esquecimento por mês/esquecimento em todos os ciclos) é superior a 40% nas utilizadoras com idade inferior a 29 anos<sup>1</sup>;
- 40% das mulheres com vida sexual ativa e a usar contraceção, não frequentou no ultimo ano consulta de Planeamento familiar( 90% adolescentes; 50% entre os 20 e 29 anos)<sup>1</sup>
- A Interrupção de gravidez em mulheres de nacionalidade estrangeira voltou a aumentar em 2015 (16% em 2013, 17,2% em 2014 e 18,5% em 2015<sup>1</sup>;
- Em 2009 a educação sexual foi considerada obrigatória no plano curricular dos jovens. Em 2015 apenas 67,4% refere ter acesso a educação sexual/informação sobre contraceção e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis<sup>1</sup>
- O número de jovens que refere ter relações sexuais sob o efeito de drogas e/ou álcool tem aumentado progressivamente: Em 2002:12,1% e em 2014: 15,9%<sup>4</sup>
- O acesso, as condições de prestação de cuidados de saúde reprodutivos e possibilidade de opção pelos métodos de contraceção tem muitas assimetrias no país, não assegurando condições igualitárias a todos os cidadãos;

A SPDC e a APF reafirmam o facto de que ***o acesso à saúde sexual e reprodutiva é um direito fundamental do indivíduo*** e alertam que restrições/dificuldades no acesso à contraceção não conduzem ao aumento da natalidade mas sim ao risco de uma gravidez não desejada com todas as consequências físicas, psicológicas e sociais associadas. É importante também salvaguardar os princípios que decorrem da lei onde está expresso que o *“O acesso a essas consultas deve ser garantido, em igualdade de circunstâncias, às imigrantes, independentemente do seu estatuto legal”*.

Alertam ainda que é urgente rever as condições da educação sexual.

---

<sup>4</sup> A Saúde dos adolescentes portugueses em tempos de recessão, dados nacionais 2014. Health Behaviour in School-aged children (hbcs).